

Alerj vota hoje alta da contribuição

Desconto só entrará em vigor após salários de aposentados e pensionistas estarem em dia

MAÍRA COELHO/31.8.2015

Se hoje for mantido o mesmo êxito do governo do estado na Alerj, o projeto de aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% será aprovado. Ontem, por 37 votos a favor e 26 contra, foi validada a prorrogação do estado de calamidade financeira do Rio até o fim de 2018. Das cinco emendas discutidas, duas, que beneficiam candidatos aprovados em concursos das polícias Civil e Militar foram aprovadas. Três destaques com vedações do Executivo, como a proibição de demissões de servidores, foram rejeitados. A votação de outras sete emendas foi adiada por falta de quórum e a nova data para inclusão na pauta será definida hoje.

Em reunião dos deputados da base na noite de ontem, ficou decidido que o texto do aumento da alíquota previdenciária, que será apresentado na reunião de líderes hoje, às 11h, terá uma alteração: o desconto só entrará em vigor depois que os salários dos aposentados e pensionistas estiverem em dia, o que deve acontecer após a adesão do regime de recuperação fiscal dos esta-

dos. A sugestão foi dos deputados Cidinha Campos e Luiz Martins, ambos do PDT.

O projeto de aumento da contribuição teve 112 emendas. Ontem, o secretário da Casa Civil, Christino Áureo, reforçou a importância da aprovação do texto. "Não faz sentido quando temos um déficit anual projetado da ordem de cerca de R\$ 20 bilhões e, desse montante, mais de R\$ 12,5 bilhões sejam referentes à questão do

Por 37 votos a favor e 26 contra, Alerj prorrogou o estado de calamidade do Rio

déficit previdenciário, não apresentarmos à Alerj qualquer conjunto de medidas que não trate minimamente da Previdência. Qualquer aumento extra de alíquota, para além da elevação de 11% para 14%, está descartado", explicou Áureo.

Pelos cálculos da base governista, o projeto deve passar hoje com mais de 40 votos (de 41 a 45), conforme a coluna noticiou em 17 de

maio. No entanto, dentro da Casa, o plenário promete ser palco de muita resistência por parte da oposição e, do lado de fora, a manifestação das centrais sindicais também vai pressionar parlamentares a votarem contra.

Entre as emendas reprovadas ontem, duas, de autoria do Psol, têm relação direta com o servidor. A primeira, com 20 votos a favor e 24 contra, vedava demissão, ainda que atingido o limite de despesa de pessoal, disposto nas Leis de Responsabilidade Fiscal Estadual e Federal. O outro destaque proibia a redução temporária ou permanente da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. Este último teve 18 aprovações e 30 rejeições.

Das emendas aprovadas, de autoria da deputada Martha Rocha (PDT), obriga o governo a convocar, sem prazo determinado, todos os aprovados para os cargos de papioscopista policial e oficiais de cartório da Polícia Civil e soldado da PM, nos concursos de 2014. Concursados que assistiram a votação das galerias comemoraram. As emendas ainda precisam ser sancionadas pelo governador Pezão.



Áureo reforçou aos deputados a necessidade de aprovação da alíquota

RECUPERAÇÃO FISCAL

Contas da arrecadação serão refeitas

■ As contas de arrecadação de cerca de R\$ 62 bilhões em três anos, prevista pelo governo na adesão ao regime de recuperação fiscal, precisam ser revistas, de acordo com o subsecretário de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes. "A expectativa do Executivo era que essas medidas tivessem se iniciado em janeiro deste ano. Todos acompanharam como foi difí-

cil a aprovação no Congresso Nacional", declarou Gomes.

Segundo tabelas apresentadas por ele, o Rio esperava, para este ano, um acréscimo de cerca de R\$ 26 bilhões, e, nos dois anos seguintes, cerca de R\$ 18 bilhões em cada um. Não há uma estimativa do impacto do atraso nesses valores. A dívida líquida do estado é de cerca de R\$ 107 bilhões.